

atribuída ao estabelecimento abaixo relacionado, a partir da data indicada.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Ribeirão Preto, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte: Elza de Araújo  
Inscrição Estadual: 550.045.759.112  
CNPJ: 60.081.742/0002-00  
Endereço: Rua 13 De Maio, 499 - Centro - Pontal  
Data de Inatividade: 26-01-2021  
Siga Doc: SFP-EXP-2021/19548  
**Delegacia Regional Tributária de Bauru - DRT-7**

**Posto Fiscal de Bauru**  
Núcleo de Serviços Especializados  
**Comunicado**  
Ficam as empresas abaixo elencadas notificadas de que seu contabilista constante no Cadastro de Contribuintes do Estado de São Paulo (Cadesp) foi excluído de tal sistema a pedido daquele profissional.

Alerte-se o contribuinte do prazo de 30 dias, a contar da publicação desta, para informar à Secretaria da Fazenda o número do registro no Conselho Regional de Contabilistas do Estado de São Paulo (CRC-SP) do novo contabilista, em obediência ao artigo 3º, Anexo II, da Portaria CAT 92/1998.

A presente notificação também se presta a informar o contabilista do deferimento da solicitação de exclusão.

Empresa: Fação e Confeção Costa Ltda.  
IE: 685.045.073.115  
Contador: Odair José Dos Santos  
CRC: 1SP192403/O-2  
Protocolo da Solicitação: SP39690540  
Empresa: Marcelo Cardoso de Goes  
IE: 685.019.435.110  
Contador: José Esio Garbeloti  
CRC: 1SP105049/O-0  
Protocolo da Solicitação: SP77934040  
Empresa: Patrick Henrique Franzolin  
IE: 383.023.390.116  
Contador: Waldisnei Pinheiro da Silva  
CRC: 1SP242070/O-8  
Protocolo da Solicitação: SP35100470  
Empresa: Samanta K. Grossi Eireli  
IE: 209.750.592.111  
Contador: Cristiane Aparecida da Costa Jampaui  
CRC: 1SP194426/O-6  
Protocolo da Solicitação: SP87287220  
Empresa: Liran Transportes e Logística Ltda.  
IE: 209.498.420.112  
Contador: Carlos Alexandre Venâncio Batıcıoto  
CRC: 1SP238587/O-6  
Protocolo da Solicitação: SP96120776

**Delegacia Regional Tributária de São José do Rio Preto - DRT-8**  
**Posto Fiscal de São José do Rio Preto**  
**Comunicado**

Ato de Cassação da Eficácia de Inscrição Estadual  
Ficam os contribuintes adiante arrolados, todos vinculados a esta unidade fiscal, notificados de que as suas inscrições no Cadastro Sefaz foram declaradas Inaptas pelo fisco, pelo fato de que foi constatada a inatividade dos respectivos estabelecimentos nos endereços indicados no Cadesp, nos termos do artigo 31, inciso I do RICMS/2000 (aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000), cc artigo 12 da Portaria CAT 95, de 24-11-2006.  
Nome: Bárbara Merigio Inocêncio de Ávila 45341096878  
Endereço: Avenida Sylvio Della Rovere, 720 Sala 05  
Bairro/CEP: Jardim Yolanda / 15.061-580  
Cidade: São José Do Rio Preto  
IE: 124.109.003.114  
CNPJ: 36.500.517/0001-97  
Data de Inatividade: 28-12-2020  
Expediente SIGADOC nº: SFP-EXP-2021/19404  
Nome: A. C. de Souza B. Rezende - Carnes  
Endereço: Rua São Pedro, 500  
Bairro/CEP: Centro / 15.225-000  
Cidade: Ubarana  
IE: 765.008.243.111  
CNPJ: 22.842.716/0001-79  
Data de Inatividade: 19-02-2019  
Expediente SIGADOC nº: SFP-EXP-2020/219857  
Nome: O. P. Chiquito  
Endereço: Rua Julio Frasson, 80  
Bairro/CEP: Boa Esperança / 15.440-000  
Cidade: Nova Granada  
IE: 478.032.999.119  
CNPJ: 36.665.641/0001-02  
Data de Inatividade: 13-03-2020  
Expediente SIGADOC nº: SFP-EXP-2021/04485  
Observação - Sobre os atos de cassação ora publicados, o contribuinte/interessado poderá interpor recurso escrito dirigido ao Delegado Regional Tributário da DRT-8/São José do Rio Preto, nos termos do artigo 13 da Portaria CAT 95/2006.

**Comunicado**  
Ato de Suspensão da Eficácia de Inscrição Estadual  
Ficam os contribuintes adiante arrolados, vinculados a esta unidade fiscal, notificados de que as suas inscrições no Cadastro Sefaz foram declaradas Suspensas pelo fisco, preventivamente por não localização do respectivo estabelecimento no endereço indicado no Cadesp, nos termos do artigo 31, inciso I do RICMS/2000 (aprovado pelo Decreto 45.490, de 30-11-2000), cc artigo 3º, § 1º, inciso I da Portaria CAT 95, de 24-11-2006.  
Nome: NT Comércio de Alimentos e Representações Ltda.  
Endereço: Avenida Danilo Galeazzi, 3291  
Bairro/CEP: Jardim João Paulo II / 15.051-155  
Cidade: São José do Rio Preto  
IE: 124.185.907.110  
CNPJ: 40.169.010/0001-70  
Data Suspensão: 27-01-2021  
Expediente SF nº: SFP-EXP-2021/19165  
Nome: Kalian Distribuidora de Alimentos e Bebidas Ltda.  
Endereço: Rua Dom Pedro I, 2095  
Bairro/CEP: Vila Moreira / 15.030-500  
Cidade: São José do Rio Preto  
IE: 124.192.693.119  
CNPJ: 40.486.602/0001-15  
Data da Suspensão: 27-01-2021  
Expediente SF nº: SFP-EXP-2021/19322  
Observação - Sobre os atos de suspensão ora publicados, os contribuintes/interessados poderão interpor reclamação junto ao Posto Fiscal de Jurisdicção.

**Delegacia Regional Tributária de Presidente Prudente - DRT-10**  
**Despacho do Delegado Regional Tributário, de 1º-02-2021**

Contribuinte: Vanilson da Silva Lima  
Inscrição Estadual: 570.056.560.110 CNPJ: 35.896.830/0001-23  
Endereço: Rua Amparo, 720, Jardim América.  
CEP 19.600-000 Município: Rancharia - SP  
Assunto: Comunica a constatação de Nulidade de Inscrição Estadual.

O Delegado Regional Tributário de Presidente Prudente - DRT/10, de acordo com o artigo 18, II, da Portaria CAT 95/2006, de 30-11-2006, comunica aos interessados que, em decorrência do apurado e da decisão proferida no processo administrativo SFP nº SFP-EXP-2020/135850, constatou a Nulidade e determinou o enquadramento como Nula da Inscrição Estadual

570.056.560.110, a partir de 06-01-2020, atribuída ao estabelecimento do contribuinte acima identificado, por motivo de Simulação do Quadro Societário.

Em conformidade com os documentos que instruem o processo, nos moldes do § 1º do art. 18 da Portaria CAT 95/20016 de 24-11-2006, determino que a partir de 06-01-2020 todos os documentos fiscais com emissão atribuída ao estabelecimento cuja inscrição está sendo declarada nula são considerados inidôneos.

A referida decisão, está fundamentada nas apurações levadas a efeito no Processo Administrativo referenciado e nas disposições contidas no artigo 21, inciso II, da Lei Estadual 6.374/89 (na redação dada pelo artigo 1º, inciso IV, da Lei Estadual 12.294/2006 de 06-03-2006); no artigo 30, inciso II, do Decreto Estadual 45.490/2000 - RICMS/2000, (na redação dada pelo artigo 1º do Decreto Estadual 51.305/2006 de 24-11-2006), e nos artigos 16, inciso II, 17, 37 e 38, da Portaria CAT 95/2006 de 24-11-2006.

**Delegacia Regional Tributária de Marília - DRT-11**

**Núcleo de Serviços Especializados - I**  
**NSE-I**  
**Comunicado**  
O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: Ruth Mesquita Cesar 35904438800  
Inscrição Estadual: 438.304.250.118  
CNPJ: 18.984.016/0001-41  
Endereço: Rua Severino Zambon, 492, Marília, SP  
Data de Início da Suspensão: 12-01-2021  
Posto Fiscal de vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal,

844, Marília, SP  
Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2021/05988  
**NSE-I**  
**Comunicado**  
O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: Vanessa Rejane Raimundo  
Inscrição Estadual: 612.058.723.117  
CNPJ: 21.202.188/0001-20  
Endereço: Avenida Dr. Pedro Camarinha, 1050, - Vila Saul,

Santa Cruz do Rio Pardo, SP  
Data de Início da Suspensão: 07-01-2021  
Posto Fiscal de vinculação: PF de Ourinhos, Av. Antonio de Almeida Leite, 1117, Ourinhos, SP  
Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2021/03866  
**NSE-I**

**Comunicado**  
O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: Takehana & Cia. Ltda.  
Inscrição Estadual: 438.320.840.115  
CNPJ: 20.439.586/0001- 00  
Endereço: Avenida Vicente Ferreira - 675, Marília, SP  
Data de Início da Suspensão: 07-01-2021  
Posto Fiscal de Vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal,

844, Marília, SP  
Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2021/03274  
**NSE-I**

**Comunicado**  
O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: Hinode Materiais para Construção Ltda.  
Inscrição Estadual: 438.282.372.117  
CNPJ: 01.981.474/0001-24  
Endereço: Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes - 3447,

Marília, SP  
Data de Início da Suspensão: 06-01-2021  
Posto Fiscal de vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal,

844, Marília, SP  
Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2021/03255  
**NSE-I**

**Comunicado**  
O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: William Caetano Junior  
Inscrição Estadual: 438.434.215.118  
CNPJ: 30.705.318/0001-39  
Endereço: Av. Sigismundo Nunes de Oliveira, 53, loja 2 -

Jardim Nazareth, Marília, SP  
Data de Início da Suspensão: 14-12-2020  
Posto Fiscal de Vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal,

844, Marília, SP  
Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2020/256946  
**NSE-I**

**Comunicado**  
O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Suspensa, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006:

Contribuinte: RP Recuperadora de Veiculos Eireli  
Inscrição Estadual: 438.385.775.117  
CNPJ: 26.626.088/0001-45  
Endereço: Rua Antártica, 517, Marília, SP  
Data de Início da Suspensão: 13-11-2020

Posto Fiscal de vinculação: PF de Marília, Av. Sampaio Vidal,

844, Marília, SP  
Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2020/256348  
**NSE-I**

**Comunicado**  
O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica o contribuinte abaixo identificado de que a eficácia de sua Inscrição Estadual foi Cassada em decorrência de diligência fiscal e com base no § 1º do Artigo 3º da Portaria CAT 95/2006.

Desse ato caberá recurso uma única vez, sem efeito suspensivo, ao Delegado Regional Tributário de Marília, no prazo de 30 dias contados dessa publicação, conforme artigo 13 da referida Portaria.

Contribuinte: Regina Almeida dos Santos Confecções  
Inscrição Estadual: 495.118.569.111  
CNPJ: 07.094.431/0002-94

Endereço: Rua do Expedicionário, 170, - Centro, Ourinhos, SP  
Data de Início da Cassação: 09-12-2020  
Posto Fiscal de Vinculação: PF de Ourinhos, Avenida Antonio

de Almeida Leite, 1117, Ourinhos, SP  
Expediente: SIGADOC: SFP-EXP-2020/244674  
**NSE-I**

**Comunicado**  
O chefe do Núcleo de Serviços Especializados I comunica os contribuintes abaixo identificados de que a eficácia das respectivas Inscrições Estaduais foram Suspensas, preventivamente, em decorrência de diligência fiscal e com base no item 3, § 1º, do Art. 3º da Portaria CAT 95/2006.

Contribuinte: Barbosa & Leite Transportes Ltda.  
Inscrição Estadual: 612.046.283.117  
CNPJ: 16.945.593/0001-07  
Endereço: Rua Silvano Cavalaro, 196 - Sala 01, Jardim Eleodoro II, Santa Cruz do Rio Pardo/SP  
Suspensa a partir de: 28-01-2021  
Posto Fiscal de Vinculação: PF de Ourinhos, Av. Antonio de Almeida Leite, 1117, Ourinhos-SP  
Expediente SigaDoc: SFP-EXP-2021/20076

**Delegacia Regional Tributária de São Bernardo do Campo - DRT-12**

**Comunicado**  
O Delegado Regional Tributário de São Bernardo do Campo - DRT/12, com fundamento no artigo 16 da Portaria CAT 95/2006, deu início, nos autos do processo de protocolo SFP-PRC-2020/20389, mediante a expedição de Ordem de Instauração, ao Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade (PCN) Da Inscrição Estadual (IE) 286.604.532.112, atribuída a estabelecimento da pessoa jurídica Vertiplas Embalagens Plásticas - Eireli, CNPJ 10.349.631/0001-74, com endereço na Rua Vinte e Seis de Abril, 59, Canhema, Diadema/SP, em razão de indícios de simulação de existência do estabelecimento ou da empresa, bem como de simulação do quadro societário da empresa, desde a data de sua concessão, em 03-06-2020. A titular da empresa constante atualmente no Cadesp é Ana Paula Zorzetti, CPF 321.037.938-62. A situação descrita subsume-se às hipóteses previstas no artigo 21, incisos I e II e §§ 1º e 2º da Lei 6.374, de 01-03-1989, bem como no artigo 30, incisos I e II e § 1º, itens 1 e 2 do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto 45.490/2000, com a redação dada pelo art. 1º do Decreto 51.305/2006, efeitos a partir de 25-11-2006. A instauração do

**Núcleo de Serviços Especializados - II - ITCMD/IPVA**  
**Despacho do Chefe, de 29-01-2021**

Tendo em vista o disposto na legislação do ITCMD/ITBI, e levando-se em conta o disposto no Artigo 659 da Lei Federal 13105 de 2015, o Chefe do NSE-II da DRT-12 Homologa a seguinte Declaração de ITCMD/ITBI, nos termos do § 1º do artigo 10 da Portaria CAT 15/2003 ou da Lei 9591/66:

TIPO DE TRANSMISSÃO (DOAÇÃO/ CAUSA MORTIS)"	NOME DO "DE CUJUS"/DOADOR	CPF DO "DE CUJUS"/DOADOR	DITCMD Nº	GDOS/SIGADOC Nº	PROCESSO JUDICIAL Nº	OBSERVAÇÕES
"Causa Mortis"	Dírcs das Neves Bastos	025.819.908-30	56038165	SFP-EXP-2020/236469		N/A ITCMD Liquidado

As referidas homologações surtem efeitos jurídicos somente em relação às Declarações de ITCMD (DITCMD)/ITBI acima elencadas, não comportando posteriores retificações das mesmas a qualquer título. As homologações relativas às Declarações de ITCMD/ITBI que tratam de imposto "causa mortis" não se estendem a eventuais doações judiciais ocorridas nos processos judiciais de Arrolamento/Inventário a que se referem as declarações de ITCMD/ITBI de Inventário/Arrolamento - essas doações devem ser objeto de análise específica.

Esta publicação produz os mesmos efeitos legais dos despachos emitidos em relação às declarações de ITCMD/ITBI relacionadas e constantes nos respectivos protocolos GDOS.

As homologações em questão não afastam posteriores verificações dos fatos a que se referem as declarações de ITCMD/ITBI aqui relacionadas, ficando os contribuintes e responsáveis sujeitos a novas verificações do Fisco no prazo decadencial previsto em Lei.

**Delegacia Regional Tributária de Araraquara - DRT-15**

**Núcleo Fiscal de Cobrança - DRT-15**

**Comunicado**  
Não constam em nossos sistemas o recolhimento ou acordo de parcelamento do débito tributário constituído através do Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM - cujo nome do autuado, identificação, número e data de lavratura se encontra abaixo relacionado.

Nos termos do inciso I do artigo 2º da Resolução SF-50, de 27-04-2018, comunicamos que o processo administrativo correspondente ao mencionado AIIM permanecerá em cobrança administrativa sob a responsabilidade deste Núcleo Fiscal de Cobrança durante o prazo de 15 dias - no aguardo de uma das seguintes providências: Recolhimento integral do débito, com o desconto na multa previsto na legislação vigente, ou Pedido de parcelamento do débito, nos termos da legislação em vigor, medidas que deverão ser realizados através de canais virtuais.

A emissão de DARE para pagamento poderá ser obtida on line através do sistema Conta Fiscal do AIIM, botão "Pagar".

Os formulários necessários para parcelamento poderão ser obtidos também on line no Posto Fiscal Eletrônico da Secretaria da Fazenda e Planejamento. O envio do pedido de parcelamento, bem como o encaminhamento da documentação exigida, deverá ser realizado por meio eletrônico para os seguintes e-mails a depender da circunscrição na qual se encontra a empresa:

Araraquara - pfarara@fazenda.sp.gov.br – telefone (16) 3301-0755;

São Carlos - pfsaacarlos@fazenda.sp.gov.br - telefone (16) 3371-3003;

Rio Claro - pfrioclaro@fazenda.sp.gov.br - (19) 3524-7919; Pirassununga - pfpirassununga@fazenda.sp.gov.br - telefone (19) 3561-3343.

Dúvidas a respeito da presente notificação podem ser enviadas para os e-mails acima indicados ou serem esclarecidas através de ligações para os telefones dos Postos Fiscais, das 9h às 12h de segunda a sexta-feira, enquanto não forem normalizados os atendimentos presenciais nas unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento.

Esgotado prazo, sem que uma das providências sugeridas tenha sido tomada, o débito será inscrito na dívida ativa, sendo encaminhado para cobrança executiva, com os acréscimos e gravames daí decorrentes.

- Fusão Teleinformática Eireli - ME - CNPJ: 05.002.016/0001-57; IE: 181.214.994.115 - Referente ao AIIM 4.133.408-5 de 29-04-2020 - Advogado/Procurador Marcelo Gibelle Monje - OAB: 416.829.

**Delegacia Regional Tributária de Jundiaí - DRT-16**

**Comunicado**  
O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí, à vista dos elementos constantes no processo SEFAZ 1000687-186272/2019, determinou o enquadramento como Nula, desde 22-11-2107, da inscrição estadual 712.129.490.117 atribuída à Damaceno Comércio de Produtos Siderurgicos Eireli - EPP, CNPJ 29.118.127/0001-91, com endereço informado ao Fisco na Rua Sorocaba, 186, GalpãoC 15, Jardim Paulista, no Município de Várzea Paulista/SP, em razão de inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição. A situação descrita subsume-se à hipótese de que trata o inciso III do artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000, na redação do Decreto 62.740/2017. A instauração do Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade da inscrição estadual se deu nos termos da Portaria CAT 95/2006. Da presente decisão, cabe recurso sem efeito suspensivo ao Subcoordenador de Fiscalização, Arrecadação, Cobrança, Inteligência de Dados e Atendimento, no prazo de 30 dias contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT 95/2006. Diante da conclusão do procedimento administrativo de Constatação de Nulidade da inscrição estadual 712.129.490.117foi enquadrada como Nula, serão considerados Inidôneos a partir 22-11-2017, nos termos do §1º do artigo 18 da Portaria CAT 95/2006. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apresentação de recurso pelo interessado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT 95/06.

PCN tem fundamento nos artigos 15, 16, 17, 37 e seguintes da Portaria CAT 95, de 24-11-2006. Em consonância ao artigo 17, § 1º, da Portaria CAT 95/2006 o contribuinte poderá apresentar, no prazo de 15 dias, informações e/ou documentos com a finalidade de esclarecer os fatos que motivaram a medida. Considerando a sentença proferida em primeira instância no processo judicial 1020814-75.2020.8.26.0564 que denegou a segurança, o Delegado Regional Tributário de São Bernardo do Campo - DRT/12 determina, no mesmo ato, a Suspensão imediata da IE 286.604.532.112, com base na hipótese prevista no artigo 3º da Portaria CAT 95/2006.

**Núcleo de Serviços Especializados - I - ICMS**  
**Comunicado**

O Chefe do Núcleo de Serviços Especializados - I - ICMS, de acordo com o Decreto 60.812/2014, notifica o contribuinte abaixo relacionado que o pedido de alteração da situação cadastral, solicitado no expediente SIGADOC SFP-EXP-2021/08307, foi Indeferido.

A Portaria CAT 92/98, art. 2º e 12 do Anexo III, determina que as alterações de dados cadastrais da empresa devem ser realizadas pelo Coletor Nacional, da Receita Federal, via Programa Gerador de Documentos do CNPJ - PGD.

As solicitações de alterações de ofício somente serão aceitas desde que comprovado que a alteração pretendida já se encontra registrada na Jucesp e alterada na Receita Federal do Brasil.

Contribuinte: SBC Tech Sistemas de Segurança Ltda.  
IE: 635.498.650.117  
CNPJ: 06.247.088/0001-27  
Endereço: Avenida Senador Vergueiro, 747, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo-SP  
CEP: 09.750-000

**Comunicado**  
O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí, à vista dos elementos constantes no Processo Sefaz 1000686-445186/2019, determinou o enquadramento como Nula, desde 17-07-2017, da inscrição estadual 190.253.429.110 atribuída à Nova Geração Comércio de Produtos Siderúrgicos e Metálicos Eireli, CNPJ 05.731.904/0001-00, com endereço informado ao Fisco na Avenida Juca Peçanha, 1785, Vila Santista, no Município de Atibaia/SP, em razão de inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição. A situação descrita subsume-se à hipótese de que trata o inciso III do artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000, na redação do Decreto 62.740/2017. A instauração do Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade da inscrição estadual se deu nos termos da Portaria CAT 95/2006. Da presente decisão, cabe recurso sem efeito suspensivo ao Subcoordenador de Fiscalização, Arrecadação, Cobrança, Inteligência de Dados e Atendimento, no prazo de 30 dias contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT 95/2006. Diante da conclusão do procedimento administrativo, os documentos fiscais com emissão atribuída ao mencionado estabelecimento, cuja inscrição estadual 190.253.429.110 foi enquadrada como Nula, serão considerados Inidôneos a partir 17-07-2017, nos termos do §1º do artigo 18 da Portaria CAT 95/2006. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado no Posto Fiscal de Jundiaí, localizado na Avenida Prefeito Luiz Latorre, 4200 - 2º andar - Vila das Hortências - Jundiaí-SP, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apresentação de defesa pelo interessado, nos termos do artigo 17, §1º, da Portaria CAT 95/06.

**Comunicado**  
O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí, à vista dos elementos constantes no Processo Sefaz 1000680-35973/2019, determinou o enquadramento como Nula, desde 24-05-2018, da inscrição estadual 400.030.534.113 atribuída à Hitec Comércio de Plásticos e Metais Eireli, CNPJ 30.548.659/0001-48, com endereço informado ao Fisco na Rodovia Centro, 5874 B, Galpão 03 B, Centro, no Município de Jarinu/SP, em razão de inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição. A situação descrita subsume-se à hipótese de que trata o inciso III do artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000, na redação do Decreto 62.740/2017. A instauração do Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade da inscrição estadual se deu nos termos da Portaria CAT 95/2006. Da presente decisão, cabe recurso sem efeito suspensivo ao Subcoordenador de Fiscalização, Arrecadação, Cobrança, Inteligência de Dados e Atendimento, no prazo de 30 dias contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT 95/2006. Diante da conclusão do procedimento administrativo, os documentos fiscais com emissão atribuída ao mencionado estabelecimento, cuja inscrição estadual 400.030.534.113 foi enquadrada como Nula, serão considerados Inidôneos a partir 24-05-2018, nos termos do §1º do artigo 18 da Portaria CAT 95/2006. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apresentação de recurso pelo interessado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT 95/06.

**Comunicado**  
O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí, à vista dos elementos constantes no Processo Sefaz 1000686-374567/2019, determinou o enquadramento como Nula, desde 30-03-2017, da inscrição estadual 374.085.369.119 atribuída à A S Borr Comércio de Borrachas - Eireli - ME, CNPJ 27.425.327/0001-61, com endereço informado ao Fisco na Avenida São Paulo, 470, Jardim Magali, no Município de Itapira/SP, em razão de inexistência do estabelecimento para o qual foi concedida a inscrição. A situação descrita subsume-se à hipótese de que trata o inciso III do artigo 30 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 45.490/2000, na redação do Decreto 62.740/2017. A instauração do Procedimento Administrativo de Constatação de Nulidade da inscrição estadual se deu nos termos da Portaria CAT 95/2006. Da presente decisão, cabe recurso sem efeito suspensivo ao Subcoordenador de Fiscalização, Arrecadação, Cobrança, Inteligência de Dados e Atendimento, no prazo de 30 dias contados de sua publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT 95/2006. Diante da conclusão do procedimento administrativo, os documentos fiscais com emissão atribuída ao mencionado estabelecimento, cuja inscrição estadual 374.085.369.119 foi enquadrada como Nula, serão considerados Inidôneos a partir 30-03-2017, nos termos do §1º do artigo 18 da Portaria CAT 95/2006. Notifica-se, ainda, que o processo estará à disposição do interessado, mediante agendamento pelo site http://senhafacil.com.br/agendamento, durante o prazo para apresentação de recurso pelo interessado, nos termos do artigo 19 da Portaria CAT 95/06.

**Comunicado**  
O Delegado Regional Tributário da DRT-16/Jundiaí, à vista dos elementos constantes no Processo Sefaz 1000683-247205/2018, determinou o enquadramento como Nula, desde 10-09-2015, da inscrição estadual 382.002.111.112 atribuída à G & O Indústria e Comércio Eireli - ME, CNPJ 07.282.976/0001-43, com endereço informado ao Fisco na Rua Cecília Basso Rabechi, 73, Vila São Caetano, no Município de Itatiba/SP, em razão